



**CONSELHO DA  
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 28 de Junho de 2004 (01.07)  
(OR. en, lv)**

**10784/04**

**COPEN 78  
EJN 45  
EUROJUST 58**

**NOTA DE ENVIO**

---

de:	Vineta MUIŽNIECE, Ministra da Justiça da Letónia
data:	22 de Junho de 2004
para:	Charles ELSÉN, Director-Geral, DG H, Secretariado-Geral do Conselho
Assunto:	Decisão-Quadro do Conselho relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros – Notificações da Letónia

---

Exm.º Sr.:

Em conformidade com o artigo 34.º da Decisão-Quadro do Conselho (2002/584/JAI) de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros, cumpre-me informar que em 16 de Junho de 2004 o Presidente da República da Letónia promulgou uma lei relativa a "Alterações ao Código de Processo Penal Letão", pela qual é implementada na Letónia a legislação da UE acima mencionada; em conformidade com a Satversme (Constituição) da República da Letónia, a lei entrará em vigor em 30 de Junho de 2004.

Cumpre-me igualmente informar V. Ex.<sup>a</sup> de que o artigo 98.º da versão actual da Constituição Letã prevê que "um cidadão da Letónia não pode ser extraditado para um país estrangeiro".

Em 17 de Junho de 2004 o Saeima (Parlamento) da República da Letónia aprovou em segunda leitura um projecto de lei relativo a "Alterações à Constituição da República da Letónia"; este inclui modificações do artigo 98.º da Constituição relativo à extradição de cidadãos letões, que permitirão que a Letónia execute mandados de detenção europeus a respeito de cidadãos letões. A terceira (e última) leitura pelo Saeima está prevista para Setembro, e o Secretariado-Geral do Conselho da UE será devidamente notificado da data de adopção e entrada em vigor do projecto de lei.

Encontra-se em anexo alguma informação adicional relativa às notificações e declarações da República da Letónia, em conformidade com a Decisão-Quadro do Conselho relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros. Encontra-se igualmente em anexo o texto, em letão, da lei relativa a "Alterações ao Código de Processo Penal Letão", tal como foi publicada no Jornal Oficial da República da Letónia (Latvijas Vēstnesis) em 16 de Junho de 2004, bem como um extracto da versão consolidada do Código de Processo Penal Letão, contendo os artigos que incorporam as alterações pelas quais a Decisão-Quadro é implementada e indicando as referências da origem dessas alterações.

(Fórmula de cortesia).

(a.)

Vineta Muižniece

**Notificações e declarações da República da Letónia em conformidade com  
a Decisão-Quadro do Conselho de 13 de Junho de 2002  
relativa ao mandado de detenção europeu  
e aos processos de entrega entre os Estados-Membros  
(2002/584/JAI)**

**N.º 3 do artigo 6.º da Decisão-Quadro:**

**Autoridades judiciárias competentes para emitir um mandado (n.º 1 do artigo 6.º)**

Os tribunais de primeira instância são competentes para emitir um mandado de detenção europeu a fim de requerer a extradição de pessoas para efeitos de procedimento penal ou de execução de uma pena privativa de liberdade.

**Autoridades judiciárias competentes para executar um mandado (n.º 2 do artigo 6.º)**

A Procuradoria-Geral é competente para decidir executar um mandado de detenção europeu.

**Artigo 7.º da Decisão-Quadro:**

A autoridade central da República da Letónia é:

Office of the Prosecutor General (Procuradoria--Geral)  
Kalapaka Boulevard 6, Riga,  
LV-1801  
Letónia

Tel. : +371 7044400

Fax : +371 7044449

e-mail : [gen@lrp.gov.lv](mailto:gen@lrp.gov.lv)

**N.º 2 do artigo 8.º da Decisão-Quadro:**

A Letónia aceitará para execução mandados de detenção europeus redigidos em Letão ou em Inglês.

**N.º 2 do artigo 25.º da Decisão-Quadro:**

A Procuradoria-geral é a autoridade competente para a recepção dos pedidos de trânsito e dos documentos necessários, bem como para toda e qualquer correspondência oficial relacionada com os pedidos de trânsito.

---